



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2024
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2024

1. PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC**, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 1030, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.616/0001-09, juntamente com o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**, com sede na Rua Filemon Zimmermann, n. 169, Centro, inscrito no CNPJ sob n. 18.070.826/0001-92, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. Juarez Miguel Rodermel, **TORNA PÚBLICO** a realização de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, de acordo com o abaixo exposto:

2. OBJETO

1.1. A presente Justificativa de Dispensa de Licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNCIMENTO DE DIVISÓRIAS, INCLUINDO A MÃO DE OBRA, PARA INSTALAÇÃO NAS DEPENDENCIAS DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, CONFORME DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA E TERMO DE REFERÊNCIA, QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o Inciso XXI, do Art. nº 37, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de Licitações.

1
Juarez Miguel Rodermel
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de
Atalanta - CNPJ: 83.102.616/0001-09

Av. XV de Novembro, 1030 - Centro - CEP: 88410-000

E-mail: prefeitura@atalanta.sc.gov.br Telefone: (47) 3535 0101 Fax: (47) 3535 0227

www.atalanta.sc.gov.br

A Licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir a necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o Inciso XXI do Art. 37 da Constituição Federal de 1988:

(...)

"XXI - ressaltados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal n° 14.133/2021, de 1° de abril de 2021, mais conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Igualdade, Moralidade e Publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções gerenciais.

Na ocorrência de Licitações impossíveis e/ou inviáveis, a Lei previu exceções à regra, a Dispensa de Licitação e a Inexigibilidade de Licitação. Considerando o objeto da presente Justificativa, verificamos tratar-se de certame a ser realizado sob a obediência

2

Juarez Miguel Rodermel

Prefeito Municipal

ao estabelecido no Inciso II, do Art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021 da nova Lei de Licitação, onde se verifica ocasião em que é cabível a Dispensa de Licitação, vejamos:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras. (Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023 vigente, valor atualizado para R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

Deste modo, resta fundamentada a aquisição objeto desta Justificativa, através de Processo de Dispensa de Licitação, com fulcro no Inciso II, do Art. 75, Lei Federal nº 14.133/2021.

4. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Aquisição de divisórias de escritório para a Secretaria Municipal de Assistência Social. A grande vantagem das divisórias de escritório é valorizar o compartilhamento dos ambientes ao mesmo tempo, em que confere certa privacidade aos profissionais. Seus benefícios, porém, são ainda maiores e tem influência direta sobre a produtividade das pessoas no ambiente laboral.

As divisórias de escritório se fazem necessárias para a melhoria da Secretaria Municipal de Assistência Social, pois irá otimizar e muito o espaço físico, bem como podem ajudar a prevenir a propagação do som em todo o local de trabalho, seja gerado dentro ou fora do ambiente. Para obter melhor acústica, as divisórias são mais eficazes quando estão no estilo piso teto. Também pelo motivo, que as divisórias existentes no



setor já estão velhas, com pintura velha, roídas por cupins e as portas não estão mais fechando comprometendo o sigilo dos atendimentos.

5. RELAÇÃO DOS ITENS, QUANTIDADES E COTAÇÕES

A presente Justificativa de Dispensa de Licitação tem por objetivo adquirir os itens abaixo relacionados, com as características e quantidades assim dispostas:

ITEM.	DESCRIÇÃO.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO.	VALOR TOTAL.
01	DIVISÓRIA BRANCA 4,00 X 3,00 MT	1,00	R\$ 1.620,00	R\$ 1.620,00
02	DIVISÓRIA BRANCA 3,70 X 2,65 MT	1,00	R\$ 1.323,67	R\$ 1.323,67
03	DIVISÓRIA BRANCA 4,80 X 2,65 MT	1,00	R\$ 1.717,20	R\$ 1.717,20
04	DIVISÓRIA BRANCA 3,92 X 2,65 MT	1,00	R\$ 1.402,38	R\$ 1.402,38
05	DIVISÓRIA BRANCA 7,00 X 2,65 MT	1,00	R\$ 2.504,25	R\$ 2.504,25
06	DIVISÓRIA BRANCA 4,23 X 3,00 MT	1,00	R\$ 1.713,15	R\$ 1.713,15
07	DIVISÓRIA BRANCA 3,55 X 3,00 MT	1,00	R\$ 1.437,75	R\$ 1.437,15
08	DIVISÓRIA BRANCA 3,10 X 3,00 MT	1,00	R\$ 1.255,50	R\$ 1.255,50
09	DIVISÓRIA BRANCA 1,05 X 3,00 MT	1,00	R\$ 425,25	R\$ 425,25
10	DIVISÓRIA BRANCA 3,40 X 3,00 MT	1,00	R\$ 1.377,00	R\$ 1.377,00
11	DIVISÓRIA BRANCA 2,00 X 3,00 MT	1,00	R\$ 810,00	R\$ 810,00



12	FECHAMENTO DE DIVISÓRIA 1,95 X 3,00 MT	1,00	R\$ 789,75	R\$ 789,75
13	PORTAS DE ABRIR 90CM X 2,10 MT	8,00	R\$ 600,00	R\$ 4.800,00
14	MÃO DE OBRA REMOÇÃO DE PAREDES E INSTALAÇÃO DE DIVISORIAS NOVAS	1,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
VALOR TOTAL.				R\$ 22.175,90

Foram realizadas Cotações de Preços com empresas que atendem a necessidade e a qualidade que o Município de Atalanta deseja, para a aquisição dos materiais e serviços necessários:

Fornecedor 1: Valor total: R\$ 22.175,90 – DIVIXICO COMERCIO DE DIVISORIAS, FORRO DE PVC, MANDEIRA BRUTA E BENEFICIADA LTDA

Fornecedor 2: Valor total: R\$ 85.999,80 – LINEAR FORROS E DIVISÓRIAS LTDA

Fornecedor 3: Valor total: R\$ 24.758,00 – DIVISORIAS E FORROS BLUMENAU LTDA

Salientamos que as cotações de preço seguem anexo ao presente processo de dispensa e fazem parte integrante do mesmo.

6. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Em análise às cotações mencionadas no item anterior, em apenso aos autos, observamos que a Empresa DIVIXICO COMERCIO DE DIVISORIAS, FORRO DE PVC,

5
Juarez Miguel Rodermel
Prefeito Municipal



MANDEIRA BRUTA E BENEFICIADA LTDA , inscrito no CNPJ Nº

07.604.392/0001-47, com sede na Rua Augusto Perfoli, 130, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul/SC, representado pelo senhor Arnaldo Ferrari, inscrito no CPF sob n. 400.239.409-30, ofertou o menor preço para os itens da presente compra, no montante de **R\$ 22.175,90, (vinte e dois mil e cento e setenta e cinco reais e noventa centavos).**

Desta maneira verificou-se que a empresa é do ramo pertinente ao objeto demandado e seus preços estão compatíveis com os praticados no mercado e, que os itens ofertados cumprem ao exigido no Anexo I - Termo de Referência da presente Justificativa de Dispensa de Licitação, atendendo a necessidade do Município de Atalanta – SC. Além disso, a escolha do Fornecedor se deu principalmente, devido à redução dos custos, visando o princípio da economicidade, que objetiva a minimização dos gastos públicos, sem comprometimento dos padrões de qualidade.

7. JUSTIFICATIVA DE PREÇO

O critério de menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar ao processo, propostas compatíveis com o Termo de Referência, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, tratar-se de situação pertinente de Dispensa de Licitação, o qual deverá ser composto por no mínimo três propostas válidas.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, considerando-se a pesquisa de preço em apenso aos autos, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta a Lei de regência dos certames licitatórios.

8. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Nos procedimentos para contratação, a Administração Pública tem o dever de verificar os Requisitos de Habilitação estabelecidos no Art. 62, da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo que a Contratada preencha a qualificação mínima necessária



para fornecimento do objeto desta Justificativa de Dispensa de Licitação.

Diante desta premissa, as Empresas deverão comprovar sua capacidade para executar o objeto, através da apresentação dos documentos pertinentes listados abaixo:

- a) Contrato social (consolidado ou com a última alteração) ou outro documento equivalente;
- b) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
- c) Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e a dívida ativa da união, expedida pela secretaria da receita federal/procuradoria geral da fazenda nacional/ministério da fazenda, do domicílio ou sede da empresa;
- d) Certidão negativa da receita estadual, expedida pela fazenda estadual da sede ou do domicílio empresa;
- e) Certidão negativa da receita municipal, expedida pela fazenda municipal da sede ou do domicílio da contratada;
- f) Certificado de regularidade de situação – CRS perante o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) expedido pela caixa econômica federal, de acordo com a lei nº 8.036/90, através de sistema eletrônico, ficando sua aceitação condicionada a verificação de veracidade via internet;
- g) Certidão negativa de débitos de natureza trabalhista (CNDT), em cumprimento à lei nº 12.440/2011 e à resolução administrativa TST nº 1470/2011;
- h) Certidão recuperação judicial, extrajudicial e falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em até no máximo 90 (noventa) da data desta justificativa de dispensa de licitação.

Os documentos acima elencados foram apresentados pela empresa e os mesmos estão com suas respectivas validades.

9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, FORMA E PRAZO DE FORNECIMENTO, RESPONSABILIDADES E DEVERES DAS PARTES

As Especificações Técnicas, bem como a Forma e Prazo de Fornecimento, Responsabilidades e Deveres das partes, estão previstas no Anexo I – Termo de Referência, que faz parte integrante desta Justificativa de Dispensa de Licitação.

7

Juarez Miguel Rodermel

Prefeito Municipal



10. PENALIDADES

As penalidades para os casos de Infração Administrativa, estão previstas no Anexo II – Minuta Contratual, que faz parte integrante desta Justificativa de Dispensa de Licitação.

11. VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Contratação terá o valor total estimado de **R\$ 22.175,90, (vinte e dois mil e cento e setenta e cinco reais e noventa centavos)**, conforme proposta apresentada.

O pagamento será feito através de depósito em conta corrente da Contratada, em até 30 (trinta) dias após emissão da Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, obedecendo a ordem cronológica no setor financeiro e, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Emissão de Autorização de Fornecimento por parte do Município de Atalanta - SC;
- b) Recebimento do objeto pelos Fiscais designados do Município de Atalanta - SC;
- c) Emissão de Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML, fornecida pela Contratada, onde deverá ser informado no corpo da Nota Fiscal o Número da Autorização de Fornecimento.

O número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) constante nas Notas Fiscais/Faturas deverá ser aquele fornecido nos Documentos de Habilitação.

Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à Contratada para as devidas correções. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

As despesas decorrentes encontram-se amparadas no Parecer Contábil (anexo este Processo de Dispensa de Licitação) e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária prevista no orçamento de 2024:



Recursos orçamentários: FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL ATALANTA

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
07.001	Manutenção dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF	07.001.08.244.0076.2042.3.3.90.00.00	R\$ 22.175,90
Total:			R\$ 22.175,90
Total Geral:			R\$ 22.175,90

12. DA VIGÊNCIA

O Contrato terá sua vigência a partir da publicação do extrato do Termo Contratual até 31 de dezembro de 2024 ou até finalizar a execução dos serviços.

13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Para executar o acompanhamento e a fiscalização dos Contratos a serem firmados, de acordo com sua pasta e, em conformidade com suas competências e demais disposições legais, ficam nomeados os seguintes servidores públicos Municipais:

- **ANA PAULA BATISTA BORGES** – Secretária Municipal de Assistência Social.

A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem ou isentam a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne ao objeto a ser contratado e as suas consequências e implicações.

Fica nomeada a Servidora Pública Municipal, Srta. Geórgia Cássia Klettenberg (Matrícula 1138), designada pelo Prefeito Municipal, para Gestora do Contrato a ser firmado, a qual acompanhará os registros realizados pelos Fiscais de Contrato, gerenciará das atividades relacionadas à execução do Contrato, à fiscalização técnica e administrativa dos atos necessários à formalização do Contrato, prorrogação, repactuação, reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração (acréscimo, supressão e outras), pagamento, aplicação de sanções e vigência, entre outros.

14. MINUTA CONTRATUAL

A Contratação será formalizada por intermédio de Termo Contratual, na forma do Anexo II – Minuta Contratual e nas condições previstas nesta Justificativa de Dispensa

9

Juarez Miguel Rodermel

Prefeito Municipal



de Licitação e seus anexos.

15. FORO

O foro competente para dirimir possíveis dúvidas pertinentes ao objeto do presente processo, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Ituporanga - SC.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS E CONCLUSÃO

Diante do exposto acima, encaminha-se toda a documentação desta Justificativa de Dispensa de Licitação para o Setor Jurídico do Município de Atalanta – SC, a fim de realizar a apreciação de todos os elementos indispensáveis a legalidade da futura contratação e, por fim, juntados todos os documentos necessários encaminha-se à Autoridade Superior, para se assim, entender, realizar a Autorização.

Integram a presente Justificativa de Dispensa de Licitação, como se nela estivessem transcritos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II – Minuta do Termo Contratual.

Atalanta, 03 de junho de 2024.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal
Município de Atalanta – SC

10
Juarez Miguel Rodermel
Prefeito Municipal



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2024
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2024

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

2. OBJETO

2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNCIMENTO DE DIVISÓRIAS, INCLUINDO A MÃO DE OBRA, PARA INSTALAÇÃO NAS DEPENDENCIAS DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, CONFORME DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA E TERMO DE REFERÊNCIA, QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

3. JUSTIFICATIVA

Aquisição de divisórias de escritório para a Secretaria Municipal de Assistência Social. A grande vantagem das divisórias de escritório é valorizar o compartilhamento dos ambientes ao mesmo tempo, em que confere certa privacidade aos profissionais. Seus benefícios, porém, são ainda maiores e tem influência direta sobre a produtividade das pessoas no ambiente laboral.

As divisórias de escritório se fazem necessárias para a melhoria da Secretaria Municipal de Assistência Social, pois irá otimizar e muito o espaço físico, bem como podem ajudar a prevenir a propagação do som em todo o local de trabalho, seja gerado dentro ou fora do ambiente. Para obter melhor acústica, as divisórias são mais eficazes quando estão no estilo piso teto. Também pelo motivo, que as divisórias existentes no



setor já estão velhas, com pintura velha, roídas por cupins e as portas não estão mais fechando comprometendo o sigilo dos atendimentos.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS A SEREM ADQUIRIDOS

ITEM.	DESCRIÇÃO.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO.	VALOR TOTAL.
01	DIVISÓRIA BRANCA 4,00 X 3,00 MT	1,00	R\$ 1.620,00	R\$ 1.620,00
02	DIVISÓRIA BRANCA 3,70 X 2,65 MT	1,00	R\$ 1.323,67	R\$ 1.323,67
03	DIVISÓRIA BRANCA 4,80 X 2,65 MT	1,00	R\$ 1.717,20	R\$ 1.717,20
04	DIVISÓRIA BRANCA 3,92 X 2,65 MT	1,00	R\$ 1.402,38	R\$ 1.402,38
05	DIVISÓRIA BRANCA 7,00 X 2,65 MT	1,00	R\$ 2.504,25	R\$ 2.504,25
06	DIVISÓRIA BRANCA 4,23 X 3,00 MT	1,00	R\$ 1.713,15	R\$ 1.713,15
07	DIVISÓRIA BRANCA 3,55 X 3,00 MT	1,00	R\$ 1.437,75	R\$ 1.437,15
08	DIVISÓRIA BRANCA 3,10 X 3,00 MT	1,00	R\$ 1.255,50	R\$ 1.255,50
09	DIVISÓRIA BRANCA 1,05 X 3,00 MT	1,00	R\$ 425,25	R\$ 425,25
10	DIVISÓRIA BRANCA 3,40 X 3,00 MT	1,00	R\$ 1.377,00	R\$ 1.377,00
11	DIVISÓRIA BRANCA 2,00 X 3,00 MT	1,00	R\$ 810,00	R\$ 810,00
12	FECHAMENTO DE DIVISÓRIA 1,95 X 3,00 MT	1,00	R\$ 789,75	R\$ 789,75
13	PORTAS DE ABRIR 90CM X 2,10 MT	8,00	R\$ 600,00	R\$ 4.800,00
14		1,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00



	MÃO DE OBRA REMOÇÃO DE PAREDES E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS NOVAS			
VALOR TOTAL.				R\$ 22.175,90

5. FORMA E PRAZO DE FORNECIMENTO, RESPONSABILIDADES E DEVERES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada deverá entregar os materiais e serviços na na sede da Secretaria Municipal de Assistencia Social, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data envio da Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho emitida pelo Município de Atalanta – SC, assumindo os custos de frete e total responsabilidade até a entrega.

5.2. A Contratada deverá realizar o fornecimento dos materiais e mão de obra, conforme este Anexo I – Termo de Referência e de acordo com as especificações estabelecidas, de modo a conduzi-lo eficaz e eficientemente.

5.3. A Contratada deverá se comprometer a substituir ou repor os itens que compõe objeto quando:

- a) Houver na entrega, com defeito ou inadequadas, que comprometam a sua qualidade.
- b) Os materiais e serviços que não atenderem as especificações deste Anexo I – Termo de Referência.
- c) Os materiais e serviços apresentarem qualquer alteração fora das especificações definidas.

5.3.1. Nos casos elencados nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem acima, a substituição ou conserto, deverá ser feito no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da data de comunicação, sem ônus para o Município de Atalanta – SC, ficando à Contratada sujeita as penalidades, no caso de descumprimento.

5.4. A Contratada será responsável por qualquer acidente de trabalho no fornecimento dos materiais e serviços, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por



qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções da entrega.

5.5. A Contratada deverá prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Município de Atalanta - SC ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer informação, bem como aos documentos relativos.

5.6. A Contratada é responsável pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento do objeto.

5.7. A Contratada é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, bem como pela contratação de seguro contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto licitado, não implicando, em qualquer vínculo empregatício pelo fornecimento.

5.8. A Contratada deverá promover o transporte dos itens em veículos apropriados.

5.9. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas Justificativa de Dispensa de Licitação nº 04/2024.

6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC

6.1. O Município de Atalanta – SC será responsável por:

6.1.1. Disponibilizar à Contratada os dados necessários o fornecimento do objeto.

6.1.2. Emitir a Autorização de Fornecimento e encaminhá-la à Contratada via e-mail.

6.1.3. Efetuar o pagamento segundo os prazos e condições estabelecidas.

6.1.4. Fiscalizar e controlar o fornecimento, comunicando à Contratada qualquer irregularidade constatada.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito através de depósito em conta corrente da Contratada, em até 30 (trinta) dias após emissão da Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, obedecendo a ordem cronológica no setor financeiro e, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Emissão de Autorização de Fornecimento por parte do Município de Atalanta -



SC;

- b) Recebimento do objeto pelos Fiscais designados do Município de Atalanta - SC;
- c) Emissão de Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML, fornecida pela Contratada, onde deverá ser informado no corpo da Nota Fiscal o Número da Autorização de Fornecimento.

7.2. O número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) constante nas Notas Fiscais/Faturas deverá ser aquele fornecido nos Documentos de Habilitação.

7.3. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à Contratada para as devidas correções. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

7.4. As despesas decorrentes para aquisição do objeto da presente Justificativa de Dispensa de Licitação, encontram-se amparadas no Parecer Contábil (anexo este Processo de Dispensa de Licitação) e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária prevista no orçamento de 2024:

Recursos orçamentários: FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL ATALANTA

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
07.001	Manutenção dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF	07.001.08.244.0076.2042.3.3.90.00.00	R\$ 22.175,90
Total:			R\$ 22.175,90
Total Geral:			R\$ 22.175,90

8. FISCAIS E GESTORES DOS CONTRATOS

8.1. Para executar o acompanhamento e a fiscalização do Contrato a ser firmado, de acordo com sua pasta e, em conformidade com suas competências e demais disposições legais, fica nomeada a seguinte servidora pública Municipal:

- Sra. **ANA PAULA BATISTA BORGES** – Secretária Municipal de Assistência Social.

8.2. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem ou isentam a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne ao objeto a

15
Juarez Miguel Rodermel
Prefeito Municipal



ser contratado e as suas consequências e implicações.

8.3. Fica nomeada a Servidora Pública Municipal, Srta. Geórgia Cássia Klettenberg, designada pelo Prefeito Municipal, para Gestora do Contrato a ser firmado, a qual acompanhará os registros realizados pelos Fiscais de Contrato, gerenciará das atividades relacionadas à execução do Contrato, à fiscalização técnica e administrativa dos atos necessários à formalização do Contrato, prorrogação, repactuação, reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração (acréscimo, supressão e outras), pagamento, aplicação de sanções e vigência, entre outros.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O conteúdo desde Termo de Referência é parte integrante da Justificativa de Dispensa de Licitação nº 04/2024, bem como a Minuta Contratual (Anexo II). Outras disposições correlatas poderão ser acrescidas para atender exigências legais específicas ou rotinas administrativas.

Atalanta, 29 de maio de 2024.

ANA PAULA BATISTA BORGES
Secretária Municipal de Assistência Social.

16
Juarez Miguel Rodermel
Prefeito Municipal



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2024
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2024

ANEXO II

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº XX, DE XX DE XXXXXXXXXXXX DE 2024.

O **MUNICÍPIO DE ATALANTA – SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.616/0001-09, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 1030, Bairro Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JUAREZ MIGUEL RODERMEL**, inscrito no CPF sob o nº **XXX.XXX.XXX-XX**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representada por seu **XXXXXXXXXX**, o(a) Sr(a). **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob nº **XXX.XXX.XXX-XX**, doravante chamada simplesmente **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, assim como pelas condições da Justificativa de Dispensa de Licitação nº 04/2024, pelos termos da Proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

1.1. O objeto do presente Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNCIMENTO DE DIVISÓRIAS, INCLUINDO A MÃO DE OBRA, PARA**

17
Juarez Miguel Rodermel
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de
Atalanta - CNPJ: 83.102.616/0001-09

Av. XV de Novembro, 1030 - Centro - CEP: 88410-000

E-mail: prefeitura@atalanta.sc.gov.br Telefone: (47) 3535 0101 Fax: (47) 3535 0227

www.atalanta.sc.gov.br

INSTALAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA E TERMO DE REFERÊNCIA, que faz parte integrante da Justificativa de Dispensa de Licitação nº 04/2024.

1.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, independente de transcrição, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos:

1.2.1. As condições expressas na Justificativa de Dispensa de Licitação nº 04/2024;

1.2.2. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.3. A proposta da Contratada;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Contrato terá sua vigência a partir da publicação do extrato deste Termo Contratual até 31 de dezembro de 2024, ou até execução dos serviços.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Pelo fornecimento do objeto ora contratado, o Contratante pagará à Contratada o valor total de R\$ XXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX).

3.2. O pagamento será feito através de depósito em conta corrente da Contratada, em até 30 (trinta) dias após emissão da Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, obedecendo a ordem cronológica no setor financeiro e, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Emissão de Autorização de Fornecimento por parte do Município de Atalanta - SC;

b) Recebimento do objeto pelos Fiscais designados do Município de Atalanta - SC;

c) Emissão de Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML, fornecida pela Contratada, onde deverá ser informado no corpo da Nota Fiscal o Número da Autorização de Fornecimento.

3.3. O número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) constante nas Notas Fiscais/Faturas deverá ser aquele fornecido nos Documentos de Habilitação.

3.4. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à Contratada para as devidas correções. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária prevista no orçamento de 2024:

Recursos orçamentários: FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL ATALANTA

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
07.001	Manutenção dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF	07.001.08.244.0076.2042.3.3.90.00.00	R\$ 22.175,90
Total:			R\$ 22.175,90
Total Geral:			R\$ 22.175,90

4. CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1. O preço contratado para o objeto do presente Contrato não sofrerá reajuste durante a vigência do Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA E PRAZO DE FORNECIMENTO, RESPONSABILIDADES E DEVERES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada deverá entregar os materiais e serviços na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data envio da



Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho emitida pelo Município de Atalanta – SC, assumindo os custos de frete e total responsabilidade até a entrega.

5.2. A Contratada deverá realizar o fornecimento dos materiais e serviços de acordo com as especificações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência da Justificativa de Dispensa de Licitação nº 04/2024, de modo a conduzi-lo eficaz e eficientemente.

5.3. A Contratada deverá se comprometer a substituir ou repor os itens que compõe objeto quando:

- a) Houver na entrega, com defeito ou inadequadas, que comprometam a sua qualidade.
- b) Os materiais e serviços que não atenderem as especificações deste Anexo I – Termo de Referência.
- c) Os materiais e serviços que apresentarem qualquer alteração diferente das especificações definidas.

5.4. Nos casos elencados nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem acima, a substituição ou conserto, deverá ser feito no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da data de comunicação, sem ônus para o Município de Atalanta – SC, ficando à Contratada sujeita as penalidades, no caso de descumprimento.

5.5. A Contratada será responsável por qualquer acidente de trabalho no fornecimento dos materiais e serviços, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções da entrega.

5.6. A Contratada deverá prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Município de Atalanta - SC ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer informação, bem como aos documentos relativos.

5.7. A Contratada é responsável pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento do objeto.

5.8. A Contratada é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, bem como pela contratação de seguro contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações

inerentes ao fornecimento do objeto licitado, não implicando, em qualquer vínculo empregatício pelo fornecimento.

5.9. A Contratada deverá promover o transporte dos itens em veículos apropriados.

5.10. A Contratada deverá manter, durante toda a execução deste Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas Justificativa de Dispensa de Licitação nº 04/2024.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC

6.1. O Município de Atalanta – SC será responsável por:

6.1.1. Disponibilizar à Contratada os dados necessários o fornecimento do objeto.

6.1.2. Emitir a Autorização de Fornecimento e encaminhá-la à Contratada via e-mail.

6.1.3. Efetuar o pagamento segundo os prazos e condições estabelecidas.

6.1.4. Fiscalizar e controlar o fornecimento, comunicando à Contratada qualquer irregularidade constatada.

6. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, a Contratada que:

- a) Dar causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) Dar ar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do Contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do Contrato;
- i) Fraudar a Dispensa de Licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Dispensa de Licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no [Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de Agosto De 2013](#).

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I **Advertência**, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º, do Art. nº 156, da Lei Federal nº 14.133/21);

II **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem 7.1. deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º, do Art. nº 156, da Lei Federal nº 14.133/21);

III **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (§5º, do Art. nº 156, da Lei Federal nº 14.133/21);

IV **Multa compensatória** de 20% (vinte por cento) do valor total deste Contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto.



7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (§9º, do Art. nº 156, da Lei Federal nº 14.133/21).

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º, do Art. nº 156, da Lei Federal nº 14.133/21).

9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. nº 157, da Lei Federal nº 14.133/21).

9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º, do Art. nº 156, da Lei Federal nº 14.133/21).

9.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em Processo Administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. nº 158 da Lei Federal nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º, do Art. nº 156, da Lei Federal nº 14.133/21):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/ 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (Art. nº 159, da Lei Federal nº 14.133/21).

9.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. nº 159, da Lei Federal nº 14.133/21).

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. nº 161 da Lei Federal nº 14.133/21).

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. nº 163 da Lei nº 14.133/21.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.



10.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Art. nº 137 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os Art. nº 138 e nº 139 da mesma Lei Federal nº 14.133/21.

10.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

10.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.3.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/23 e pelos preceitos de direito público.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709/18 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do Contrato Administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º da LGPD.

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. nº 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. nº 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever da Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9. Bancos de dados formados a partir de Contratos Administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (Art. nº 37 da LGPD), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.10. O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela Autoridade Competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.11. Os Contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à Autoridade Nacional.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

14.1. Para executar o acompanhamento e a fiscalização deste Contrato, de acordo com sua pasta e, em conformidade com suas competências e demais disposições legais, fica nomeada a seguinte servidora pública Municipal:

- Sra. **ANA PAULA BATISTA BORGES** – Secretária Municipal de Assistência Social.

14.2. Fica nomeada a Servidora Pública Municipal, Srta. Geórgia Cássia Klettenberg, designada pelo Prefeito Municipal, para Gestora do Contrato, a qual acompanhará os registros realizados pelos Fiscais de Contrato, gerenciará das atividades relacionadas à execução do Contrato, à fiscalização técnica e administrativa dos atos necessários à formalização do Contrato, prorrogação, repactuação, reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração (acréscimo, supressão e outras), pagamento, aplicação de sanções e vigência, entre outros.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES



Prefeitura Municipal de
Atalanta - CNPJ: 83.102.616/0001-09

Av. XV de Novembro, 1030 - Centro - CEP: 88410-000

E-mail: prefeitura@atalanta.sc.gov.br Telefone: (47) 3535 0101 Fax: (47) 3535 0227

www.atalanta.sc.gov.br

16.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos Art. nº 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

16.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Termo de Contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas pertinentes ao objeto do presente Contrato, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Ituporanga - SC.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento Contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das Testemunhas, da Advogada do Contratante, dos Fiscais do Contrato e da Gestora do Contrato.

Atalanta, de junho de 2024.



JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

Município de Atalanta - SC

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

TESTEMUNHAS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

ANA PAULA BATISTA BORGES

Secretária Municipal de Assistência Social

Fiscal do Contrato

GEÓRGIA CÁSSIA KLETTENBERG

Gestora de Contrato

XXX.XXX.XXX-XX

KAROLINE GERMANIK SAADE

VOSS

Advogada

OAB - SC XXXXX